

A proposta educacional do MPLA para a criação de um “novo homem”: análise do livro “as aventuras de Ngunga” de Pepetela

Priscila Henriques Lima 

Resumo

Esta pesquisa se propõe analisar o projeto educacional do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para a criação de um “Novo Homem”, conceito gramsciano utilizado pelo ideal nacionalista que visava educar a sociedade angolana, tão singular em sua natureza étnica, dentro de uma proposta libertadora, lógica essa presente pela guerra de independência instaurada no país. Para isso analisaremos a obra *As Aventuras de Ngunga* do angolano Pepetela, que, durante os conflitos pelo fim da colonização era um dos responsáveis pelo setor educacional do movimento.

Palavras-Chave: Educação, Nacionalismo, Angola, Literatura.

The MPLA educational proposal for the creation of a "new man": analysis of the book "the adventures of Ngunga" of Pepetela

Priscila Henriques Lima

Abstract

This research aims to analyze the educational project of the Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) to create a "New Man", a Gramscian concept used by the nationalist ideal aimed at educating Angolan society, so unique in its ethnic nature, within a liberating proposal, logic present by the war of independence established in the country. For that, we will analyze the work "The Adventures of Ngunga" by the Angolan Pepetela, who during the conflicts due to the end of the colonization was one of those responsible for the educational sector of the movement.

Key words: Education, Nationalism, Angola, Literature.

Introdução

No decorrer da História, independente do viés de análise que utilizamos - político, econômico, social ou cultural - sempre observamos um tema de extrema importância que perpassa todos os campos - a educação. Ela pode ser livre, com o objetivo de difundir ideias comuns e assim, construir um espaço comunitário, ou ela pode ser imposta por um sistema centralizado de poder, que utiliza de sua prática para controlar o saber e, assim, ratifica um cenário antagônico, desigual de direitos e deveres. O que possuem em comum é que ambas representam "uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade." (BRANDÃO, 2007, p. 10)

Não à toa que nos processos de colonização a educação foi utilizada como instrumento de dominação; trazia consigo aspectos do cotidiano de suas metrópoles e, com a finalidade de dominar, era imposta aos nativos. Assim foi com a chegada dos portugueses na América e o processo de catequização, onde a educação estava sob a tutela da igreja e, não diferente, também foi a prática empregada quando eles colonizaram regiões africanas.

Na pesquisa aqui apresentada teremos como recorte espacial a prática educacional em Angola, especificamente a proposta elaborada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no decorrer das guerras de libertação. Para isso, é necessário conhecermos o histórico colonial português e como impuseram um sistema educacional que reafirmasse a soberania da metrópole, visando sobrepor a educação já em prática pelos grupos étnicos locais e, em contrapartida, analisaremos o projeto educacional do MPLA e sua proposta de emancipação, tendo como objeto de estudos a obra "As Aventuras de Ngunga" do angolano Pepetela.

O processo colonial português em ANGOLA

Foi em meados de 1483 que Portugal aportou nas terras angolanas, porém somente na Conferência de Berlim, ocorrida em 1884-1885, que ficou formalizada a colonização do continente africano pelas potências europeias. A princípio, comerciantes e soldados se localizavam somente na região costeira deixando assim, por mais de quatro séculos, o interior de Angola a ser explorado.

A exploração que Portugal submeteu Angola foi alterada no decorrer dos cinco séculos de colonização. Primeiramente a colônia foi celeiro de mão de obra escrava para outras colônias, principalmente para o Brasil; com o fim do comércio internacional de escravos e com as mudanças no sistema capitalista global, os angolanos permaneceram como fornecedores de mão de obra escrava, porém dentro da sua própria região, que continuou sofrendo com a violência do colonizador. (ANDRADE; OLLIVIER, 1974)

Durante a década de 1960, o exército português contou com apoios fundamentais para a sua manutenção contingencial e armamentista no combate aos movimentos de independência, recebendo ajuda da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por meio do abastecimento da mais avançada tecnologia de guerra, além do incentivo diplomático, como também contava com a colaboração da África do Sul. Assim pode reunir um contingente aproximado de 130 mil soldados portugueses nas colônias, isso sem levar em consideração os homens que foram recrutados da própria região.

A ação violenta contra Angola não teve seu início durante as guerras de libertação, podendo ser encontrado relatos de violência a partir do momento que Portugal aportou na região, onde o sistema de escravidão a que os angolanos foram submetidos pelo colonizador exigia uma ação tirânica para a aplicação da lei, permanecendo assim até o término da ditadura de Salazar ¹⁰³ (MATEUS, 1999, p. 19-20)

[...] o que os portugueses levaram na realidade à África, como a história pacientemente explica, não foi nem a civilização nem a igualdade, mas sim, antes de mais nada, o tráfico de escravos para novas plantações no Brasil, e depois uma exploração local da terra e do trabalho africanos, uma exploração cuja crueza refletia a degradação feudal ou semifeudal do próprio Portugal.

Perry Anderson ratifica a citação anterior afirmando que o estabelecimento das províncias ultramarinas portuguesas nunca teve como meta a civilização ou a igualdade das colônias africanas, mas intencionaram sempre o tráfico de escravos para a manutenção do comércio de açúcar no Brasil. (ANDERSON, 1966)

Em 1971, Angola, ainda colônia portuguesa, sofria as agruras típicas dos países de Terceiro Mundo, com as contradições entre “o setor capitalista e o setor tradicional, introduzidas nos países subdesenvolvidos pelos países imperialistas” (GUERRA, 1979, p. 18). Caracterizava-se principalmente pela precariedade das condições de vida como falta de hospitais, o analfabetismo, falta de saneamento básico e um alto índice de desemprego, situações fomentadas pela exploração colonialista.

Apesar das declarações dos colonialistas portugueses de que aumenta a construção de vias de comunicação e a utilização de meios de transporte, o combate à doença, à subalimentação e ao analfabetismo, o apoio técnico e financeiro aos camponeses pobres etc., a verdade é que todo esse esforço, visível, não há dúvida, a partir de 1965, é condicionado pelas

¹⁰³ A historiadora portuguesa Dalila Cabrita Mateus, em seu livro *A luta pela independência: a formação das Elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, relata alguns discursos do presidente português Salazar justificando essa ação violenta contra os colonizados. No ano de 1933, ele afirma que “Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a proteção das raças inferiores” e ratificava essa postura no ano de 1957, quando repetiu que “Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se quisesse, em relação às quais perfilhamos o dever de chamá-las à civilização”.

características próprias da exploração colonial: não pode ultrapassar um limite que é fixado pela necessidade de rendimento do capital importado do exterior (capital que é reexportado depois de engordado com grandes lucros); além de que todo esse esforço se destina em grande parte à demagogia e propaganda política,

Por meio dessa política de manutenção que não se sustentava, tornavam-se claras as dificuldades econômicas pelas quais passava a metrópole portuguesa em decorrência de sua prática colonialista, mostrando-se aberta ao capital internacional e, no ano de 1962, como medida ao combate à guerra colonial as sujeições ao capital estrangeiro foram firmadas de vez e seu crescimento foi progressivo, principalmente a partir de 1968, paralelamente ao aumento dos movimentos revolucionários. Países imperialistas como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Holanda e Japão tomaram as rédeas da economia angolana, chegando ao controle de 75% dos investimentos em Angola. (GUERRA, 1979, p. 19)

Assim se mostrava o quadro econômico angolano no início da década de 70: devastado por séculos de exploração colonialista portuguesa e sendo utilizado como resultado da internacionalização do capitalismo de monopólio por meio da instrumentalização da prática colonialista. (GUERRA, 1979)

Somada a essa realidade, a economia da sociedade angolana também era composta pelos nativos ligados a agricultura com a produção voltada para consumo próprio, onde o trabalho era realizado sem o auxílio tecnológico.

A relação estabelecida entre Angola e seus colonizadores caracterizava-se, assim, pelo pré-conceito: o principal critério do processo colonizador, fundamentado na necessidade de subjugar, levava ao menosprezo das sociedades nativas. Césaire (1978, p. 25) afirmou que “[entre o colonizador e o colonizado] só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.”

Portanto, em 1961 tomam corpo os movimentos de libertação, fazendo com que a metodologia até agora utilizada pelo sistema colonial fosse reestruturada

Assim é justo que se considere o desencadear da luta popular armada em 1961 como uma volta na evolução econômica do sistema império-colonial de Angola. É certo que não foram destruídos, mas a defesa desses privilégios e dos seus interesses vitais tornaram-se doravante mais pesados para que os possam assumir a partir dos seus próprios recursos financeiros. Empurrado pela iniciativa popular (Portugal) vai poder procurar numa nova disposição das suas relações com o imperialismo internacional a assistência que lhe é indispensável para continuar. (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 117-118)

Temos então uma ínfima fatia do setor tradicional sendo absorvida pela economia capitalista, uma outra pequena parte trabalhando diretamente nos setores coloniais/agrícola

e industrial, enquanto grande parte do contingente tradicional formava a camada desempregada ou designadas a subempregos, causando um inchaço nos subúrbios das grandes cidades. Neste caso, o poder político/econômico é fator fundamental para elaboração de uma proposta nacionalista, como podemos ver com Hobsbawm (1990):

Dado que os sistemas tradicionais poliétnicos são com frequência marcadamente econômicos, é impressionante que os movimentos em Estados pluralistas, que enfatizam a identidade étnica, estejam tão raramente preocupados com esse tipo de divisão social, e muito mais atentos à posição competitiva do seu grupo numa intercomunidade livre para todos, dentro do Estado. Muito do que passa por nacionalismo pós-colonial reflete a instabilidade consequente das relações do grupo, que estão baseadas não numa real divisão do trabalho ou função étnico-econômica, mas num equilíbrio (ou preponderância) do poder político. (HOBSBAWM, 1990, p. 188)

É importante ressaltar que os angolanos pertencentes à economia tradicional foram duramente atingidos pela repressão dos militares portugueses no surgimento das primeiras manifestações populares em 1961.

A luta pela independência angolana se inicia em meados da década de 50 com o nascimento de outros dois movimentos de libertação de cunho nacionalista, além do MPLA: o FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

Breve história da educação colonial em Angola

Para analisarmos a utilização da educação no contexto histórico angolano, é importante compreendermos que o próprio sistema de colonização utilizou dos princípios pedagógicos para reafirmar a soberania racial dos colonizadores. Na publicação do Ato Colonial, Decreto nº 18570 de 8 de julho de 1930, o então presidente português António de Oliveira Salazar proclama a missão civilizadora:

A colonização propriamente dita, com a expansão da nossa raça. [É] da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas que neles se compreendam. [...] Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a protecção das raças inferiores. (MATEUS, 1999, p. 20)

Dessa forma, considerando os indígenas como uma raça inferior, automaticamente subordiná-los-ia à soberania branca, pois “só os brancos são capazes de planificar uma ação, de organizar um trabalho” (MATEUS, 1999, p. 20). Para efetivação de tal pensamento, era preciso uma metodologia capaz de promover a identificação do indígena africano com os ideais civilizatórios de superioridade racial e, neste aspecto, a educação seria eficaz na criação de uma

nova identidade para os colonizados, pois como afirmava o então ministro do Ultramar Silvío Cunha, o objetivo era “a formação de cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los e transformá-los numa realidade constante, a fim de assegurar a continuidade da nação” (MATEUS, 1999, p. 26), e para tanto, os livros escolares utilizados na colônia eram os mesmos que os estudantes usavam na metrópole, onde se ensinava basicamente a história portuguesa e somente uma página para Angola e, mesmo assim, abordando o aspecto colonial. (MATEUS, 1999).

A partir da década de 1960, durante a guerra colonial, os portugueses criaram novas escolas com o objetivo de divulgar o ideal da colonização, para assim diminuir os confrontos e contar com o apoio do indígena, entretanto tais instituições concentravam-se nas cidades ou nas zonas habitadas majoritariamente pelos brancos portugueses. Podemos exemplificar essa afirmação com as modificações feitas nos livros didáticos, que a partir de 1964 passam a ter características mais africanas; a abordagem utilizada visava naturalizar uma relação harmoniosa entre o homem branco e o indígena, bem como o cunho moral/religioso destinava-se exclusivamente aos princípios cristãos por tratar-se da tradição portuguesa. Além disso, o estabelecimento de novas escolas não significava melhoria na qualidade de ensino, pois existia a falta de preparo dos professores somado à imposição de um idioma que não correspondia à realidade dos jovens angolanos. A questão étnica também se colocava na pauta da defasagem educacional, pois o número de negros matriculados nos liceus era irrisório.

Ao abordar o sistema educacional colonial, devemos considerar também a participação das missões católicas, que respaldavam o ideal civilizacional como podemos perceber no artigo 24º do Acto Colonial de 1930:

As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.¹⁰⁴

Ainda neste aspecto, a questão étnica era um entrave para o processo educacional, visto que dentro da própria congregação religiosa praticava-se o racismo. Um exemplo a ser destacado é que de 22 colégios-liceus com 3232 alunos, havia apenas três alunos negros matriculados. Tal informação não soa com estranhamento, pois os próprios clérigos negros não faziam suas refeições à mesma mesa que os brancos, não dividiam quartos e nem possuíam as mesmas qualidades nos dormitórios (MATEUS, 1999).

Por outro lado, as missões protestantes contribuíram para a criação da base

¹⁰⁴ Acto Colonial. Ministério das Colónias. Diário do Governo, Lisboa. I Série, nº 156, 8 de julho de 1930. Acesso em 01 de abril de 2019 <<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>>

nacionalista angolana, pois muitos dos dirigentes dos movimentos de libertação receberam a educação básica matriculados em escolas ligadas a algum movimento ou, até mesmo, eram filhos de pastores. Essa informação vem ser ratificada com a declaração do próprio presidente português Salazar, quando afirma que os missionários protestantes deveriam ser caçados, pois estariam dando cobertura aos revoltosos que lutavam contra o colonialismo (MATEUS, 1999).

O diferencial das missões protestantes contava com a vantagem de não agirem no processo de aculturação dos indígenas africanos, ou seja, não queriam aporuguesá-los ou americanizá-los, mas tinham como meta a preservação dos hábitos e costumes nativos.

Já no aspecto do ensino universitário, o colonialismo preocupou-se em enviar indígenas à metrópole, porém, tal ação era realizada com extremo receio. Porque, se por um lado o envio de nativos à metrópole para uma formação diferenciada colaborava para o processo de europeização da sociedade angolana, visto que aparentaria uma ação benéfica para o indígena e o levaria a apoiar as iniciativas coloniais, além de formar certa mão-de-obra local para preencher os quadros administrativos, por outro, existia a possibilidade dos nativos formarem uma elite intelectualizada que atuaria diretamente nos movimentos de independência. Exatamente, o que ocorreu.

A ida dos jovens nativos para a metrópole com a finalidade de obterem uma formação universitária utilizando bolsas de estudo – em grande parte financiada pelas missões protestantes – ou porque eram filhos de famílias abastadas, foi o embrião dos movimentos de libertação e, neste ponto, é importante localizarmos o contexto histórico angolano num cenário internacional – a Guerra Fria. A confluência de pensamentos libertários em voga naquele momento despertou nos jovens a esperança de regressarem para sua terra natal e promoverem sua independência.

A historiadora Dalila Cabrita Mateus divide a formação cultural desses militantes em três aspectos: 1) As influências associativas, que eram as instituições criadas para receber os estudantes, como a Casa dos Estudantes do Império – CEI e as Associações Acadêmicas, como o Centro de Estudos Africanos, o Clube Marítimo Africano e a Casa de África; 2) No aspecto político, destacaram-se o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) e o Movimento Anticolonialista (MAC); 3) Já nas influências político-culturais, enfatiza a importância do pensamento marxista, do neo-realismo, da negritude e de todos os movimentos de independência que aconteciam como pano de fundo dos conflitos ideológicos da Guerra Fria (MATEUS, 1999).

É dentro deste cenário que Pepetela, pseudônimo do militante Artur Carlos Pestana dos Santos, ocupa um lugar de destaque na elaboração desse ideal, pois dentro do MPLA era um dos responsáveis pelo projeto educacional. Tendo parte da sua formação ocorrida em Lisboa na Casa dos Estudantes do Império (CEI), tal instituição cumpriu um papel de suma

importância em sua formação política, pois a partir desse contato, possivelmente, ocorreu o despertar de Pepetela para a cultura africana. Do ponto de vista político, "(a CEI) nos permitia aprofundar algumas vivências, que trazíamos dos nossos países, mas que eram epidérmicas e agora racionalizávamos" (MATEUS, 1999, p. 239). A Casa dos Estudantes também tem uma importância ímpar em seus escritos literários, pois "foi ali que comecei a encontrar críticos, pessoas a quem podia mostrar as coisas que escrevia e que me iam ajudando" (MATEUS, 1999).

No âmbito educacional, um dos maiores feitos de Pepetela ocorreu no ano de 1964 com a fundação do Centro de Estudos Angolanos - CEA, junto com Adolfo Maria, Henrique Abranches, João Vieira Lopes e Kasesa. O CEA tinha como principal objetivo auxiliar o MPLA na formação política, cabendo à Pepetela o manuseio da documentação da cultura e da sociedade angolana, principalmente o desenvolvimento textual das mensagens desse movimento. Em 1969, Pepetela retorna para Angola onde foi recrutado para a luta armada, seguindo para a 2ª Região Política-militar (RPM), na província da Cabinda, tornando-se responsável pela Educação, com ênfase no processo de conscientização dos militantes do partido. Assim, relata:

Quando acabei de estudar comecei a trabalhar para o Governo, e nunca mais de lá saía. Era uma questão de cor. O MPLA tinha medo de enviar brancos para a guerrilha porque não sabia qual seria a reacção da população: branco é filho de colono. Era preciso trabalhar as populações para nos aceitarem. Isso foi feito e em 1969 chamaram-me.¹⁰⁵

Sua função então, dentro da proposta de conscientizar a população, seria a de explicar que a luta do movimento não era contra os colonos, nem contra aqueles que possuíam a pele mais clara, mas sim contra o sistema, contra o colonialismo. "Foi preciso provar que servíamos [os angolanos brancos] para alguma coisa: cometer o mínimo de erros possível e arriscar mais do que o necessário."¹⁰⁶

Como responsável pela elaboração do material de alfabetização proposto pelo movimento que participava, Pepetela afirmou em entrevista à Sérgio Guimarães, que foi influenciado pelas ideias de Paulo Freire no que diz respeito a desenvolver um projeto de educação para autonomia:

[Foi] em 1965, quando fiz o material de alfabetização, que se chamava "A vitória é certa", creio. Esse manual de alfabetização, que depois foi mais ou menos adaptado, depois da independência, para servir como manual de alfabetização nas primeiras campanhas daqui. [O pensamento de Paulo Freire] acabou por nos servir como mola inspiradora para algumas coisas,

¹⁰⁵ FREIRE, Rita Silva. "Não se festeja a morte de ninguém" - Entrevista com Pepetela. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em 01 abril 2019.

¹⁰⁶ Idem.

particularmente para o manual. Porque – isso é do Paulo Freire – cada lição tinha um desenho, e a primeira discussão era sobre o desenho, o que levava até uma palavra, a palavra-chave. (FREIRE, 2011, p. 148)

Sua preocupação na elaboração da cartilha de alfabetização, ele enfatiza a importância de Paulo Freire

Era preciso um livro de apoio ao alfabetizador. Ele tinha que se basear num livro, naquilo que estivesse escrito. Não podia improvisar demasiado, como no método original do Paulo Freire, que exige uma grande capacidade de improvisação do alfabetizador. No fundo tentamos acasalar o método Paulo Freire com o método cubano, da batalha da alfabetização de Cuba, que tinha sido realizada com êxito uns anos antes. (FREIRE, 2011, p. 149)

Análise do projeto educacional na obra “*As aventuras de Ngunga*”

A partir da realidade colonial, a proposta educacional do MPLA tinha como objetivo criar um “Novo Homem”, dotado de consciência política. Essa proposta se insere nos estudos do filósofo Antônio Gramsci, que entendia que a função dos intelectuais estava diretamente ligada ao processo de formação de uma consciência crítica, onde a sociedade atuaria nas ações políticas (GRAMSCI, 2010, p. 17). E, neste caso, o MPLA, seria o grande organizador da Educação, pois se entendia que sua função seria despertar na população a compreensão da sua realidade, e como consequência a própria sociedade promoveria uma ação transformadora - o abandono aos valores colonialistas.

A preocupação principal do MPLA ao educar a sociedade, compunha um projeto muito maior do que alcançar a liberdade da nação, mas pensando a longo prazo, seria formar cidadãos capazes de conduzir o povo dentro da lógica do socialismo no pós-independência, principalmente aqueles que iriam atuar nos quadros administrativos do partido, pois o povo como um todo formaria essa administração, e não apenas aqueles que possuísem uma formação privilegiada. Esse discurso também se encontra presente na fala de Agostinho Neto, um dos líderes do MPLA durante a guerra de independência:

O sangue que tem sido derramado pelos melhores filhos das nossas pátrias, e os esforços de cada guerrilheiro e de todos os nossos povos, não podem ser gastos em vão, em métodos errados de organização para o presente e inadequados para a administração no futuro. É necessário que o real controle do país, quer no ponto de vista político, econômico ou social, esteja nas mãos do povo que está empenhado na luta e não nas mãos de burocratas que digam-se de passagem - são desonestos e nem sempre são aqueles que encontraremos ou que atualmente encontramos no campo da batalha. (NETO, 1979, p. 48)

Neste contexto se insere a obra “*As Aventuras de Ngunga*” e a figura idealizada da juventude angolana. Este foi o terceiro romance escrito por Pepetela, que diferentemente das demais obras, delegou a esta um propósito didático onde o autor discute em seu conteúdo a

consciência revolucionária. Diante da realidade angolana, a consciência revolucionária não se despertaria voluntariamente, sendo assim a educação atuaria como o núcleo motivador, trabalhando numa ação conjunta com a prática militar.

Em 1972, Pepetela é transferido para a região da Frente Leste, onde passou a trabalhar como diretor do Centro Augusto Ngungu e como secretário permanente da Educação, e foi neste mesmo ano que ele escreve “*As Aventuras de Ngunga*”, que corroborando com o princípio do movimento, tinha como função alfabetizar e conscientizar politicamente o corpo de guerrilheiros.

Da mesma maneira [como Mayombe], Ngunga também tem este tipo de preocupações (sic). Mas tinha outro objetivo, já era para ser publicado. Não como livro, mas como folhas, na escola. Aí talvez se veja melhor, já há uma preocupação didática. A questão da linguagem já é muito mais cuidada para ser entendida por crianças. Os temas tratados mais resumidamente. Mais ou menos todos os capítulos ficaram com o mesmo tamanho, até (SERRANO, 1999, p. 137).

As Aventuras de Ngunga foi publicado no mesmo ano, impresso por mimeógrafos, e serviu como leitura complementar no processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos, escrito em português visando o aprendizado do idioma. A escolha do português como língua padrão foi feita para evitar que um único idioma étnico se sobreponha a outro; assim, o português seria a língua a unir todas as tribos.

Dividido em 29 capítulos, conta a história do órfão Ngunga, símbolo da luta pela independência angolana. A obra retrata o trajeto da sua formação política, tomando consciência de si e do seu papel na luta pela libertação.

Com a grande participação de literatos nos quadros de comando do MPLA, a literatura colaborou como instrumento, por excelência, da difusão de seus ideais. Deste modo, através do processo da leitura e de uma estrutura didática adequada pretendia-se alcançar a transferência e o reconhecimento dos ideais nacionalistas do leitor para o cidadão da nação em construção.

Neste ponto encontrava-se um grande desafio ao trabalho de conscientização pelos intelectuais angolanos, pois mesmo sendo o português a língua oficial de Angola¹⁰⁷, o país conta com quatro línguas nacionais — umbundu, kimbundu, kikongo e o tchokwe¹⁰⁸ — e mais 37 línguas indígenas e 50 dialetos. Diante da divergência entre as línguas tribais e o português, a prática da conscientização política do MPLA dava-se através da oralidade, atuando como

¹⁰⁷ “A língua oficial da República de Angola é o português”, artigo 19.º § 1, Constituição da República de Angola. Assembleia Constituinte. Página visitada http://embangola.artedesign-net.pt/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf em 10 de setembro de 2010.

¹⁰⁸ Perguntas e Respostas: República de Angola. governo de Angola. Página visitada <http://www.governo.gov.ao/PerguntasERespostasTodos.aspx?Codigo=27> em 10 de setembro de 2010.

metodologia facilitadora dos fundamentos nacionalistas.

Outro ponto relevante a ser comentado aqui foram as dificuldades de manutenção das escolas. Pepetela em entrevista concedida afirma que a fome, péssimas estruturas e a falta de material - "Os alunos vinham das aldeias quase nus e nitidamente com fome" - foram os grandes desafios do MPLA no que concerne a formação educacional, tanto dos militantes quanto da sociedade que frequentava os kimbos¹⁰⁹ onde as escolas estavam instaladas. Todavia, por mais que se pense na impossibilidade de manter uma escola dentro desse cenário, Pepetela afirma que obtinha sucesso na tarefa da aprendizagem, os alunos "faziam cinco anos de escola e os melhores conseguiam bolsas de estudo para ir para o exterior. E formaram-se. É porque aprenderam alguma coisa. Também me ocupava da organização das populações em comités, da formação política dos guerrilheiros" (FREIRE(a), 2011, s/pg).

Dentre tantos enfoques que o MPLA buscou dar durante sua trajetória na luta pela independência, a educação como processo gerador de consciência sempre esteve na pauta permanente, ou seja, o projeto pedagógico proposto partia de um conteúdo que representava a realidade da sociedade e o propósito do movimento. A preocupação maior sempre esteve vinculada ao tipo de homem que se gostaria de formar, assim o conteúdo versava sobre racismo, guerras, desigualdades. Já na 3ª RPM, a partir da experiência desenvolvida pelo movimento em Cabinda, o MPLA dedicou-se mais ao conteúdo passado aos estudantes. Esse foi o mote principal de criação d'*As Aventuras de Ngunga*, como podemos ver por meio da declaração do próprio autor em entrevista concedida ao antropólogo Carlos Serrano:

[Em *Aventuras de Ngunga*] Havia uma preocupação didática, podiam ser distribuídos. Aí sim já havia outro objetivo. Aí foi escolhida a ficção por ter maior impacto, as ideias passavam, as crianças e os guerrilheiros também podiam ler, interessar-se-iam porque era uma obra de ficção, complementava os texto político que estavam acostumados a ler. (SERRANO, 1999, p. 137)

Ngunga, e o cenário onde se passa a obra, representa o avanço da luta no interior e os esforços do movimento em prol da mobilização desse contingente.

O conteúdo educacional que foi desenvolvido e trabalhado na 3ª RPM corrobora com a própria proposta do movimento de criação de um novo homem, entretanto sob a influência de novas alianças internacionais que compartilhavam do marxismo como caminho ideal para o desenvolvimento de uma sociedade. Como veremos no decorrer deste capítulo, o apoio internacional na formação da frente guerrilheira do MPLA não se resumia ao manuseio de armas e estratégias de guerrilha, havia todo um esforço em formar militantes políticos, conscientes da proposta do movimento. Assim, torna-se necessário compreender o

¹⁰⁹ Kimbos são povoamentos

desenvolvimento da guerra nesta região que na verdade foi o marco da vitória do MPLA na luta pela independência.

Ressaltamos que Ngunga representa o homem novo, aquele capaz de combater através da revolução o sistema em voga. Com isso vamos acompanhando o despertar da consciência revolucionária da personagem, o momento em que ela compreende seus direitos e deveres e percebe o seu papel na dinâmica da luta pela independência, levando-a a concluir que as mudanças sociais só seriam possíveis passando pela educação, pois ela é a grande arma de combate ao colonialismo.

Numa influência direta do pensamento freireano, o mesmo afirma o caráter libertador da educação pois,

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma educação para a domesticação, para a alienação, e uma educação para a liberdade. Educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1981, p. 36).

Ngunga, jovem órfão de 13 anos, aos 9 viu sua irmã Mussango ser sequestrada e seus pais serem assassinados pelos colonialistas "o pai, que era já velho, foi morto imediatamente. A mãe tentou fugir, mas uma bala atravessou-lhe o peito" (PEPETELA, 1981, p.5).

A transformação de Ngunga em guerrilheiro se apresenta do início ao fim da obra; é a linha principal de condução da narrativa. Temos logo no primeiro diálogo do livro, na fala do guerrilheiro Nossa luta, a demarcação da infantilidade do jovem Ngunga quando questionado sobre o motivo de seu choro, consequência de uma ferida no pé. Com o desenvolvimento da história, vamos acompanhando o caminho percorrido pelo jovem até sua transformação em guerrilheiro do MPLA, ou como o próprio narrador diz na obra, "um homem tinha nascido dentro do pequeno Ngunga" (PEPETELA, 1981, p.7).

Correspondendo ao projeto pedagógico do movimento, pretendia-se que o leitor angolano absorvesse o modelo de guerrilheiro estabelecido na figura de Ngunga, reconhecendo no seu desenvolvimento os aspectos morais, sociais e políticos a serem seguidos, ou seja, a formação do cidadão angolano ocorreria também por meio de seu processo de alfabetização. E isso fica claro quando Ngunga abandona sua infância, e seu nome, para em si despertar um novo homem, com a escolha de uma nova alcunha, a qual não é informada ao leitor. Com isso o autor estabelece que qualquer um pode ser Ngunga, todos podem ser Ngunga, esse é o seu ideal de herói, "Ngunga é sem dúvida um herói da minha pátria, na medida em que o concebi como tal. Tão herói, tão herói, que até desaparece, não se sabe mais dele. Portanto, não se corrompeu, como outros que se consideram ou consideraram heróis..." (CRISTOVÃO, 2010).

A personagem traz em si todas as qualidades desejadas na criação de uma identidade angolana para a nova geração, que além de alcançar o triunfo na guerra de libertação, tomaria as rédeas de um país livre, dando continuidade ao projeto de nação idealizado. Essa idealização atribuída pelo autor, a qual ele mesmo acreditou e dedicou sua vida, foi mais tarde considerada utópica pelo próprio Pepetela, como podemos perceber em sua obra posterior *A Geração da Utopia*. Entretanto, foi esse modelo heroico aqui estabelecido na figura de Ngunga, que nutriu a esperança de uma nação socialista e igualitária, não só de Pepetela, mas de boa parte dos militantes.

No primeiro capítulo o autor já nos apresenta informações importantes com relação aos resultados imediatos da guerra, na altura de 1972: Ngunga é órfão. Esse fato já nos diz muito da realidade daquele momento, visto que na 3ª RPM, onde os conflitos foram se acentuando ao passo do avanço da guerrilha para o interior, o número de crianças órfãs era imenso. A região Leste, em 1972, contava com cerca de 9% do total de crianças sozinhas. Cabe ressaltar aqui que a orfandade não ocorria somente pelo assassinato dos pais; era comum também que os filhos se perdessem de seus responsáveis durante as fugas em busca de regiões mais tranquilas para sobreviver.

Na obra, Ngunga precisa contar com o apoio das pessoas, principalmente na doação de alimentos e estadia, pontos sensíveis a se considerar, visto a realidade de Angola naquele momento: questões étnicas a serem resolvidas e o perigo eminente da chegada dos inimigos colonialistas. Assim, Ngunga em certa passagem diz que poucos são aqueles que se preocuparam com ele a ponto de alimentá-lo ou vesti-lo.

Nossa Luta fora para área de Cangamba, como guerrilheiro. Não voltaria ao kimbo. Quem se lembraria de procurar Ngunga, o órfão, se morresse? Quem deixou, alguma vez, uma mandioca guardada para Ngunga? Quem, ao vê-lo nu, lhe procurou uma casca de árvore/ Sim, havia a velha Ntumba. Mas morreu. A velha Ntumba cuidava dele, obrigava as filhas a dar-lhe comida. As filhas resmungavam, diziam que cultivavam para elas e para os maridos, não para um vadio. Mas acabavam por obedecer à mãe. (PEPETELA, 1981, p. 10)

Mas na ficção não temos só Ngunga como representante desse grupo; Chivuala também, personagem que acompanhou o Professor União para a formação da escola. Aqui, é nítida a preocupação do MPLA, não só com a formação desses jovens, mas com sua sobrevivência, visto que todos eles viviam de doações.

Comandante Mavinga apresentou Ngunga para União. Disse que ele não tinha família.
- Tem de ficar a viver aqui comigo - disse o professor. - Também já tenho o Chivuala, que veio comigo de Kuando. Os outros alunos são externos, vivem nos kimbo e vêm só receber aulas. Para estes dois, vai haver problema de alimentação.

- Não há problema - respondeu o Comandante. - Vou falar com o povo. Quando derem comida para o camarada professor, acrescentam um pouco para os dois pioneiros. Se se portar mal, avise-me. Estás a ouvir, Ngunga? Se não trabalhares bem, eu vou saber. E, se fugires da escola, eu encontrar-te-ei. (PEPETELA, 1981, p. 23)

A fala do Agostinho Neto na declaração de independência de Angola, proferida em 1975, nos dá a dimensão de que o MPLA possuía a mesma preocupação que as personagens da obra - Professor União e do Comandante Mavinga, com relação ao futuro da juventude órfã.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional. Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional. ¹¹⁰

O fato é que durante todo o período colonial, a região leste de Angola foi esquecida pela administração colonial, tanto que as informações estatísticas sobre a economia das principais cidades da área são tão irrelevantes que nem consta nas informações oficiais. Em parte, porque Moxico e Cuando Cubango possuíam as densidades populacionais mais baixas de toda Angola e desenvolviam uma agricultura de subsistência (BITTENCOURT, 2008). Isso fica claro no texto quando Ngunga é preso e se espanta ao encontrar um agente da PIDE, pois "Ngunga nunca tinha visto um branco. Só vira um mestiço num grupo de camaradas que passaram no seu kimbo, a caminho do Bié. 'Afim não metia medo nenhum', pensou ele, 'só que é branco'" (PEPETELA, 1981, p. 36).

Também o isolamento das populações dessa região era inevitável. Quase não tinham contato com a realidade do Planalto Central da colônia e muito menos com o litoral, onde se localizavam as zonas mais populosas e urbanizadas. Como resultado, os laços étnicos e regionais eram reforçados, bem como dificultava o aparecimento de indivíduos com educação formal mínima e com vivência fora da sua região de origem, ou seja, foram barreiras naturais para o desenvolvimento da luta de libertação.

A própria relação de Ngunga com a natureza nos conta um pouco desse afastamento entre a região Leste e as demais áreas urbanas de Angola, quando a personagem realiza um trabalho cartográfico ao descrever a vegetação do local num claro êxtase. Diante da exuberância de um interior ainda pouco tocado pelo colonialismo, "quem podia pensar que ali era uma zona de guerra?" (PEPETELA, 1981, p. 10). Até mesmo as perguntas que outras crianças vão fazendo ao conhecer Ngunga quando este se encontra na companhia do

¹¹⁰ Declaração de Independência de Angola. Angola Xyami, 2012. Disponível em: <<http://www.angolaxyami.com/cronica-angolana/ultimas/2012/11/10/declaracao-da-independencia-de-angola-lida-a-1975-4307/>> Acesso em: 02.fev.2019.

Comandante Mavinga; todas curiosas, perguntando não só sobre o homem branco, mas sobre suas armas e seus carros.

As crianças rodeavam Ngunga. Olhavam-no com respeito, pois ele andava com o Comandante Mavinga.
- Já combatestes? - perguntava um.
- Como é a Zâmbia? - perguntava outro.
- Lá, donde saíste, há muitos carros? - perguntava ainda outro. (PEPETELA, 1981, p. 22)

A obra tem como principais personagens os guerrilheiros, com personalidades ímpares, mas que possuem em comum o desejo de libertar Angola do crivo colonialista. Porém, Pepetela tece sua crítica à organização do movimento, principalmente no que tange negociações políticas que visam o benefício próprio. Observamos a crítica de Pepetela presente em dois momentos específicos da obra: primeiro na figura do Presidente Kafuxi e depois nos embates internos existentes entre os comandantes Mavinga e Avança. Analisemos primeiramente a personagem Presidente Kafuxi.

Kafuxi representa o oportunista, que finge lutar pelo bem comum, mas que na verdade coloca o seu interesse particular como prioridade. Com o olhar ingênuo de Ngunga, Pepetela vai tecendo seus apontamentos sobre essa questão como no episódio da comida que deveria seguir para a alimentação de guerrilheiros.

Como mais velho e presidente do kimbo, Kafuxi era o responsável pela população de uma série de aldeias, com a tarefa de organizar e resolver os problemas do povo, entre eles o reabastecimento dos guerrilheiros. Ngunga passa a morar com Kafuxi quando Nossa Luta volta para a frente de combate e, certa vez, ouviu a conversa entre o presidente e o Responsável do Setor, onde este último cobrava do líder uma contribuição maior nas doações, visto que ele possuía três mulheres a trabalhar em suas terras, o que levou Ngunga a refletir sobre o fato:

Quando chegava um grupo de guerrilheiros ao kimbo, Kafuxi mandava esconder a fuba. Dizia às visitas que não tinha comida quase nenhuma. Se alguma visita trouxesse tecido, então ele propunha a troca. Sempre se lamentando que essa era a última quinda de fuba que possuía. Se a visita não tivesse nada para trocar, então partia do kimbo com a fome que trouxera. Ngunga pensava, pensava. Todos os adultos eram assim egoístas? Ele, Ngunga, nada possuía. Não, tinha uma coisa, era essa força dos bracitos. E essa força ele oferecia aos outros, trabalhando na lavra, para arranjar a comida dos guerrilheiros (PEPETELA, 1981, p. 15).

Kafuxi, proprietário de terras, cumprindo com o costume local, coloca suas três mulheres para trabalhar no campo num sistema de subsistência, além disso, conta com a tradição africana que entende na figura do mais velho a personificação da sabedoria, não só pela idade, mas pelo acúmulo de conhecimento. Esse posicionamento faz parte do imaginário

coletivo, ratificado pela prática da oralidade. Assim, quando Kafuxi rebate a acusação do Responsável do Setor sobre as doações para os guerrilheiros, este último, em respeito, acata as justificativas do presidente: "o Responsável de Setor era mais novo que Kafuxi. Embora fosse seu superior, devia-lhe respeito. Assim lhe tinham ensinado os seus avós. Engasgava-se, tossia, não sabia que dizer" (PEPETELA, 1981, p. 13).

O afastamento da região Leste em relação às áreas urbanizadas também atuava na ratificação das tradições, e em consequência criava-se um novo desafio para o processo de conscientização. Um forte exemplo que podemos destacar da obra é a questão do alambamento, um dote pago pelo noivo para a família da noiva, como se estivesse comprando-a. A partir daquele momento a mulher deveria acatar todas as ordens do marido, sem questioná-lo, tal como uma relação de posse e bem. No livro, Uassamba, menina de 14 anos, foi vendida por seus pais ao Presidente Chipoya, porém ao conhecer Ngunga, ambos se apaixonam. E, a própria situação da menina Uassamba, transformada em mulher pelo alambamento, leva Ngunga a questionar o mundo a partir da vivência em sua sociedade:

Ngunga encostou-se a uma árvore. Por que o Mundo era assim? Tudo que era bonito, bom, era oprimido, esmagado, pelo que era mau e feio. Não, não podia. Uassamba, tão nova, tão bonita, com aquele velho? Lá por que ele a comprara à família? Como um boi que se compra ou uma quinda de fuba? (PEPETELA, 1981, p. 52)

Observa-se que o fator tradição também era um grande desafio no processo de mobilização da sociedade, pois atuava como um condicionante para o status de cada um dentro da organização social. Esta questão se ratifica na história angolana como podemos ver abaixo no testemunho de Ruth Neto, responsável pela Organização da Mulher Angolana - OMA em Dar-es-Salaam entre 1968 e 1970:

Era um trabalho de mobilização [...] porque há neste processo toda a questão das tradições. E aí com sobas e aqueles velhos era impossível. Mesmo as mulheres não aceitavam muita coisa. Ainda hoje não aceitam, já no país independente [...]. Nessa altura, não se podia falar ainda em termos de reivindicação e de emancipação e coisas assim, porque o sentido estava voltado para outro lado, que era a independência. [...] Reclamávamos, às vezes, pequenas coisas, mas não ainda com aquela consciência de emancipação da mulher, [...] por que nos mobilizávamos na base daquilo que ainda hoje nos serve: na base da saúde, da educação, da necessidade de alfabetização. Porque muitas mulheres - embora se fizesse alfabetização geral - não iam, não participavam, muitas delas não aceitavam. Umas diziam: 'Eu já sou velha, já não aprendo mais', [enquanto outras ressaltavam:] [...] 'Eu sou mulher; não preciso, se o meu marido aprender já é muito bom'. Então, nessa base, nós fazíamos o trabalho. E também por causa da higiene das crianças; a questão delas amamentarem os filhos até muito tarde. Elas tinham de fazer vários serviços, vários trabalhos e então iam com os filhos nas costas, [...] a capinar; com o filho pendurado no seio. Essa era uma base de iniciação para o trabalho com as mulheres. (1991, s/p *apud* BITTENCOURT, 2008, p. 64)

ISSN 2526-2882

O OMA foi criado em 1962, e compunha a ala feminina do MPLA. Durante a guerra de libertação, apoiou às forças guerrilheiras dentro e fora dos campos de batalha principalmente no preparo de alimentos para o exército, nas escolas com o processo de alfabetização, nos cuidados com a saúde e no transporte de alimentos e armas cobrindo grandes distâncias. Sua composição era feita de mulheres originárias de variados grupos étnicos e sociais, tendo em comum o ativismo político e o trabalho comunitário, visto que a participação feminina na luta pela independência era "um campo de prova em que todos os participantes eram exigidos a dar o máximo do seu esforço e desenvolver seus talentos e habilidades" (DUCADOS, 2004, p. 58).

Assim, o movimento trabalhava com cuidado e paciência, buscando demonstrar em sua presença constante a importância das orientações transmitidas, o que nem sempre era possível dentro daquele cenário.

O segundo momento que o autor tece críticas à organização do MPLA se passa nos conflitos estabelecidos entre os comandantes Mavinga e Avança, como na ocasião que Ngunga conseguira fugir da PIDE trazendo consigo duas armas que pretendia entregar aos cuidados do Comandante Mavinga, todavia esbarrou com o pelotão do Comandante Avança, que ao recepcioná-lo pegou para si tal armamento, afirmando que todos estão ligados ao MPLA, independente do grupo guerrilheiro. Observemos o diálogo abaixo:

- As armas ficam aqui no Esquadrão - afirma Avança.
- Não, vou levá-las para o Comandante Mavinga - respondeu Ngunga, irritado.
[...]
- O Mavinga, o Mavinga, só te oiço falar do Mavinga. É teu pai?
- Não é meu pai. É meu comandante - respondeu Ngunga. - Por que você tem inveja do Mavinga?
O Comandante ficou furioso. Fez um gesto de lhe dar uma chapada. Respirou fundo. Depois gritou:
- Desaparece da minha frente! O Mavinga, se quiser, que venha depois discutir comigo.
E Ngunga partiu, a amaldiçoar o Comandante Avança. Ainda o ouviu falar nas suas costas:
- Esse miúdo julga que é herói e que faz o que quer. Vê-se mesmo que é do grupo do Mavinga. Estão todos convencidos de que são os melhores.
[...]
Os guerrilheiros que acompanhavam Ngunga disseram-lhe para não se importar. Avança era invejoso e cruel. Os guerrilheiros não gostavam dele.
(PÉPETELA, 1981, p. 51)

Os problemas dentro do movimento, principalmente no interior da guerrilha, eram muitos, levantando uma série de críticas aos comandos militares. Tais críticas relacionavam-se quase que exclusivamente sobre a conduta dos comandantes com os demais guerrilheiros e com as comunidades locais. Diferenças na alimentação, no armamento, no vestuário e nos

utensílios utilizados por eles - posturas que divergiam do discurso do MPLA, ou seja, tais comandantes estavam em desacordo com o perfil guerrilheiro requerido pelo movimento. Lembrando que a proposta inicial da organização seria a conscientização gerada como resultado de ações que envolvessem teoria e prática, o discurso do MPLA deveria estar respaldado nas ações dos guerrilheiros que o representavam.

Outro aspecto abordado é a deficiência da educação básica na região. Os poucos indivíduos que possuíam algum tipo de formação educacional, obtida por meio dos seminários religiosos ou de escolas rurais, eram logo alvo do MPLA para o recrutamento (BITTENCOURT, 2008, p. 46). Mesmo assim, era relevante a falta de pessoas com o mínimo de conscientização sobre o colonialismo para fora de sua região; ali os nativos desconheciam como esse colonialismo atuava, logo o grande desafio era mobilizar esse contingente. Para isso, o MPLA utilizou de militantes recrutados da 2ª RPM, somando esforços com o investimento militar, fruto das novas alianças internacionais estabelecidas.

Diante desse cenário, a população da região desconhecia de fato a organização educacional, desde sua estrutura física até a proposta pedagógica. Isso fica claro na personagem Professor União, quando conversando com o Comandante Mavinga, começa a descrever o projeto educacional que pretende instalar por ali.

O povo veio com as crianças. O Comandante falou-lhes. A escola já estava pronta, podiam começar as aulas. O Professor União tinha sido enviado de longe pelo movimento, para ensinar. No tempo do colonialismo, ali nunca tinha havido escola, raros eram os homens que sabiam ler e escrever. Mas agora o povo começava a ser livre. O movimento, que era de todos, criava a liberdade com as armas. A escola era uma grande vitória sobre o colonialismo. O povo devia ajudar o MPLA e o professor em tudo. Assim, o seu trabalho seria útil. As crianças deveriam aprender a ler e a escrever e, acima de tudo, a defender a Revolução. Para bem defender a Revolução, que era pra o bem de todos, tinham de estudar e ser disciplinados (PEPETELA, 1981, p. 24).

Com o trecho acima percebemos que não havia interesse colonial em priorizar o ensino para os nativos, e mais uma vez temos a educação como ponto central do projeto de libertação, pois ensinar os colonizados era muni-los de uma arma poderosa, o despertar da consciência. A opção feita pela colônia em não investir na educação, ratificava o posicionamento de subserviência e superioridade com os colonizados. Para Albert Memmi,

O colonizador não faz coincidir seu futuro com o da colônia, só está aqui de passagem, não investe senão o que rende a curto prazo. A verdadeira razão, a principal razão da maior parte de suas carências é esta: o colonialista jamais decidiu-se a transformar a colônia à imagem da metrópole, e o colonizado à sua imagem. Não pode admitir tal adequação, que destruiria o princípio de seus privilégios. (MEMMI, 2007, p. 39)

Tal colocação destaca ainda mais o papel da escola dentro dos kimbos: deslocava a população de um status de inferioridade baseado nos conceitos de assimilação colonial, elevando-a a um contexto de grandiosidade, pois, a escola representava o seu espaço de resistência. Além disso, a educação enquanto projeto de alfabetização, também atuaria diretamente nas necessidades do MPLA. Percebemos isso quando Ngunga reflete sobre a prisão do Professor União:

Se soubesse escrever... Sim, se soubesse escrever, podia meter um bilhetinho na cela de União e combinarem juntos a fuga. Mas pouco se interessara por aprender, só gostava mesmo era de passear. Pela primeira vez, Ngunga deu razão ao professor, que lhe dizia que um homem só pode ser livre se deixar de ser ignorante. Agora era tarde (PÉPETELA, 1981, p. 37).

Tal fato pode ser observado também à luz do Relatório das Decisões da Primeira Conferência Regional da Primeira e Segundas Regiões, realizado em Dolisie entre os dias 22 e 26 de fevereiro de 1968, momento que o MPLA começa a trabalhar no projeto a ser aplicado à 3ª RPM - Frente Leste, onde fica estabelecido por meio de ata que, no que tange a educação, a nova política deve preocupar-se "fundamentalmente em suprir as necessidades da guerra de libertação, investindo a totalidade dos esforços no interior do país, onde as condições de guerra permitem a formação duma consciência verdadeiramente nacional e revolucionária" (CDIH, 2008, p. 314). Para tanto, decide-se a criação de Centros de Instrução Revolucionária:

Propõe que se criem novos Centros de Instrução Revolucionária, que se intensifique a formação de quadros político-militares e técnicos e que se aperfeiçoem os que já existentes, o Congresso Nacional constitua um organismo nacional para a Educação, que se desenvolva o ensino primário com a criação de novas escolas e a intensificação do esforço de alfabetização, formação cultural e divulgação científica para todo o Povo, que se forme uma comissão que deveria dirigir a educação no interior. (CDIH, 2008, p. 315)

O conteúdo a ser contemplado pelos CIR's é tema de entrevista dada por Pepetela:

Estes eram escolas político-militares. Havia um CIR por frente. Além da formação militar, ministrava uma formação política, que era o marxismo simplificado, com elementos da história de Angola, da política angolana, aquilo a que chamávamos de teoria da revolução. Era um pouco o que pretendíamos para Angola. Lateralmente, havia também uma educação geral, a alfabetização ou um pouco mais para aqueles que já eram alfabetizados. Tudo em português. (MATEUS, 1999, p. 251)

Em *As Aventuras de Ngunga*, tal proposta do movimento é ratificada, visto que foi escrita em português, reproduzida por mimeógrafo para distribuição nas escolas mantidas pelo MPLA no período que Pepetela ensinava a língua em Hongue, na Frente Leste. A obra era

distribuída junto com textos oriundos da URSS, que eram traduzidos para o português, e traz em si a compreensão do autor acerca do marxismo, principalmente na formulação de um modelo de herói que resiste ao sistema colonial. Assim, tal ficção trabalha na formulação da consciência política dos colonizados e no desenvolvimento do movimento de libertação nacional (DUTRA, 2011).

Ainda observamos dentro da obra o problema dos assimilados, representados pelas personagens G.E. (Grupos Especiais), que atuavam como um grupo auxiliar africano da PIDE. Para esses assimilados que foram integrados ao sistema colonial, não existia qualquer vantagem no processo de independência e em toda luta de libertação. A questão da assimilação é um assunto recorrente na obra aqui analisada, como podemos ver no trecho abaixo:

O cozinheiro [da PIDE] era um velho resmungão. Já sabia da história de Ngunga.

- Vocês julgam que vão ser independentes - dizia ele. - Estúpidos! Se não fossem os brancos, nós nem conhecíamos a luz elétrica. Já tinhas visto a luz elétrica e os carros, seu burro? E queres ser livre. Livre de quê? Para andares nua a subir nas árvores? (PEPETELA, 1981, p. 36)

Por meio da proposta de assimilação, Portugal despertou certo fascínio ao angolano, levando-o a imitá-lo, tê-lo como modelo a ser seguido, como um claro exemplo de alienação, como podemos perceber pela reflexão de Ngunga:

As pessoas de quem gostara e de quem não gostara vinham-lhe à lembrança: os pais, Mussango, Kafuxi, Imba, Nossa Luta, Mavinga, Chivuala, União. Bons ou maus, todos tinham uma coisa boa: recusavam ser escravos, não aceitavam o patrão colonialista. Não eram como os G.E. ou o cozinheiro da PIDE. Eram pessoas; os outros eram animais domésticos (PEPETELA, 1981, p. 41).

Em 1968, quando Sartre escreve a obra "Colonialismo e Neocolonialismo", ele discursa sobre a prática de assimilação, muito utilizada por todas as metrópoles em seus processos de colonização. Buscando arregimentar o apoio dos colonizados, os colonizadores discursavam sobre os benefícios de se viver numa colônia, principalmente por meio da sua missão civilizatória, ou seja, negavam as raízes culturais dos colonizados, associando-as à barbárie, e afirmavam seu posicionamento "salvador", onde numa preocupação maternal, cuidariam para que seus filhos não cometessem os mesmos erros do passado, isto é, a valorização de sua tradição. Para isso, deveriam portar-se como os colonos, vestir-se, proferir o mesmo idioma (SARTRE, 1968).

O que observamos na obra é que o assimilado seria uma réplica indígena e inferior, e que este olhar do colono europeu não seria alterado. Vide o trecho abaixo:

[Ngunga] Começou a andar pelas casas dos G.E., metendo conversa com eles. Todos lhe chamavam de 'pequeno bandido', mas ele não se importava. Queria

saber o máximo que lhe pudesse servir para o plano. Depois compreendeu que os G.E. não serviriam pra nada, pois eram só criados dos portugueses e não tinham força nenhuma ali (PEPETELA, 1981, p. 37).

São essas observações de Ngunga que vão moldando seu perfil revolucionário, até culminar no último capítulo do livro, na compreensão de seu papel como guerrilheiro, e como deveria sê-lo dali em diante. Ngunga se apresenta como o herói de sua pátria. Sua fidelidade para com o movimento é despertada pelo exemplo do Professor União; militante que lia todas as ordens que a seção passava para o Comandante Mavinga, que não sabia ler. Assim, ao ser preso e torturado em busca de novas informações onde o grupo de Mavinga atuaria, União resiste. Esse fato tem um peso imenso nas reflexões de Ngunga, que estabelece em União o modelo perfeito a ser seguido:

E União, onde estaria? Continuará a ser torturado. Ngunga tinha perdido mais um amigo. De novo na vida, não tinha ninguém. União tinha talvez sido o melhor de todos. Dissera-lho na véspera do ataque. O professor respondeu que também tinha defeitos; ele, Ngunga, talvez ainda não tivesse descoberto, mas todas as pessoas têm defeitos, ninguém é perfeito. Ngunga continuava a achar que União era perfeito, agora ainda mais do que antes. (PEPETELA, 1981, p. 40-41)

Considerações

A representação de União para Ngunga, de ideal a ser seguido, é o que Pepetela pretende transmitir ao leitor angolano durante a sua formação político-militar com as aventuras deste jovem. Aquele que ainda criança rompeu com a tradição de não questionar o mais velho - que devem ser respeitados quando merecem respeito - , e que segue em silêncio, já que "*começava a perceber que as palavras nada valiam*" (PEPETELA, 1981, p. 16), para o celeiro de Kafuxi, para encher as quintas com fuba e entregar aos guerrilheiros, afinal "*um pioneiro do MPLA luta onde estiver*" (PEPETELA, 1981, p. 39).

A jovem encarna o projeto proposto pelo MPLA, o herói que não almeja o acúmulo de riquezas, não se preocupa com a obtenção de honra e poder; seu objetivo é manter-se livre, viver com integridade e sabedoria. Assim como os guerrilheiros, que por meio de sua ação vão influenciando aos demais, Ngunga por onde passa vai deixando lembranças e lições a serem seguidas. Ele, em si, apesar de ainda analfabeto, age em prol da sociedade como um intelectual, influenciando a todos por meio de seus questionamentos e de suas ações e refletindo durante o percurso da obra sobre a construção de uma nação.

Se Ngunga está em todos nós, que esperamos então para o fazer crescer? Como as árvores, como o massango e o milho, ele crescerá dentro de nós se o regarmos. Não com água do rio, mas com ações. Não com água do rio, mas com a que Uassamba em sonhos oferecia a Ngunga: a ternura. (PEPETELA,

1981, p. 59)

Ngunga é o espírito que tem como meta despertar o guerrilheiro. Como vimos na obra, ele está presente em todos que se recusam a aceitar os grilhões do colonialismo; ele configura em si o próprio resultado da luta de libertação. A personagem representa a esperança de uma nova sociedade angolana e a pedagogia da esperança “precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura”, e assim, a educação cumpriria seu papel emancipador e transformador.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- ANDRADE, Mário & OLLIVIER, Marc. **A Guerra em Angola**. Lisboa: Seara-Nova, 1974.
- BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos!” O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**, Vol. 2. Luanda (Angola): Kilombelombe, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CDIH – **Centro de Documentação e Investigação história do Comitê Central do MPLA**. História do MPLA. 2º Volume (1967-1976). Luanda (Angola): CDIH, 2008.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CRISTOVÃO, Aguinaldo. **"O Escritor é um Ditador no momento da Escrita"**. União dos Escritores Angolanos, Luanda, 14.jun.2010. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/entrevistas/item/384-o-escritor-%C3%A9-um-ditador-no-momento-da-escrita>>. Acesso em: 08.ago.2012.
- DAVIDSON, Basil. **A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal**. Lisboa: Caminho, 1979.
- DUCADOS, Henda. **A mulher angolana após o final do conflito**. In: MEIJER, Guss. Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, 2004, p. 58-81.
- DUTRA, Robson. **Entre revolução e infância, metáforas da nação**. UFJF: Revista Ipotesi, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/04/19-Entre-revolu%C3%A7%C3%A3o-e-inf%C3%A2ncia-met%C3%A1foras-da-na%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2019.

- FREIRE, P. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE(a), Rita Silva. "Não se festeja a morte de ninguém" - Entrevista com Pepetela. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em 18.jan.2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GUERRA, Henrique. **Angola: estrutura econômica e classes sociais. Os últimos anos do colonialismo português em Angola**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo: desde 1780 – programa Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.
- MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência – a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1999.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NETO, Antonio Agostinho. **Tudo pelo povo, tudo pela independência, tudo pelo socialismo**. Luanda: Edições do Ministério da Defesa/Gráfica Popular UEE, 1979.
- PEPETELA. **As Aventuras de Ngunga**. São Paulo: Editora Ática – 2ª edição, 1981.
- SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e Neocolonialismo – Situações**, V. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- SERRANO, Carlos Moreira Henriques. **O romance como documento social: o caso de Mayombe**. Casa das Áfricas, n. 3, 1999.

Biografia Resumida

Priscila Henriques Lima: Licenciatura em História, Doutoranda em História Política – UERJ, Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa Áfricas - <http://grupoafricas.wix.com/site>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1399438094762463>

Contato: priscilahrenriqueslima@gmail.com